

Banco Bari de
Investimentos e
Financiamentos
S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanço patrimonial	8
Demonstração de resultados	9
Demonstração de resultados abrangentes	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas.

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, composto ainda pela Bari Companhia Hipotecária e da Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020. O Conglomerado é especializado em dois produtos, quais sejam: crédito consignado e crédito imobiliário, este com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis.

Iniciativas Inovadoras: O desenvolvimento de ações múltiplas para introduzir o conceito de banco digital, com a evolução de medidas que resultaram no lançamento do “Bari Card”, em parceria com a bandeira Elo, e avanços nas atividades para disponibilização da conta digital. Espera-se que o Banco, assim, ingresse em nova era operacional, oferecendo maior gama de produtos aos nossos clientes, atingindo camadas mais representativas de investidores e demandadores de créditos.

Destaques Operacionais

Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida no semestre findo em 30 de junho de 2020 a nível de Conglomerado:

	<u>1S2020</u>	<u>1S2019</u>
a) Patrimônio Líquido:	R\$ 112.143	R\$ 90.593
b) Ativos de crédito:	R\$ 721.793	R\$ 612.582
c) Captação:	R\$ 726.292	R\$ 547.771
d) Índice de Basileia:	20,22	20,22
e) ROE:	15%	13%
f) Lucro líquido:	R\$ 15.700	R\$ 10.487

Vale ressaltar que o lucro líquido, conquanto em nível que julgamos deveras positivo, teve impactos internos e externos, como o representativo investimento para a introdução do banco digital em nossa plataforma e aqueles decorrentes do cenário macroeconômico desafiador experimentado, em razão de medidas adotadas pelas Autoridades Monetárias

para mitigar os efeitos da pandemia (Covid-19). Por outro lado, as seguidas quedas da taxa Selic oportunizaram alternativas para oferecimentos de aplicações financeiras rentáveis aos nossos clientes, de molde a manter a atratividade dos títulos de nossa emissão, o que resultou em expansão da carteira, conforme demonstrado no quadro acima. Realçamos ainda, como pontos positivos, a inadimplência ter se mantido em nível tolerável, abaixo de previsões iniciais, com destaque para as renegociações empreendidas, e a normal continuidade das áreas operacionais ainda que com forte contingente do Conglomerado atuando em regime de “home office”.

Por fim, adotamos todas as cautelas necessárias, em linha com as recomendações das áreas médicas, para preservação da saúde de nossos colaboradores e clientes. Instituímos, ainda, canais de comunicação com recursos virtuais para manter o quadro funcional atualizado com as normas expedidas no período e incentivando-o à participação em treinamentos e em reuniões de serviço, quando necessárias para o alcance de melhores práticas negociais.

Agradecimentos

A Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores que possibilitou o crescimento que experimentamos no primeiro semestre de 2020.

Curitiba (PR), 27 de agosto de 2020.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselho de Administração e Diretores da
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2020	31/12/2019		Nota	30/06/2020	31/12/2019
Ativo				Passivo			
Circulante		<u>204.180</u>	<u>151.259</u>	Circulante		<u>62.173</u>	<u>80.665</u>
Caixa e equivalente de caixa	4	<u>25.280</u>	<u>54.850</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>49.814</u>	<u>64.539</u>
Instrumentos financeiros		<u>177.730</u>	<u>94.092</u>	Depósitos		<u>9.289</u>	<u>16.813</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		<u>96.504</u>	<u>25.766</u>	Depósitos a prazo	11.a	<u>9.101</u>	<u>1.804</u>
Títulos e valores mobiliários - mantidos para negociação	5.a	<u>95.811</u>	<u>25.766</u>	Outros depósitos	11.b	<u>188</u>	<u>-</u>
Títulos e valores mobiliários - valores em garantia de operações	5.b	<u>693</u>	<u>-</u>	Depósitos interfinanceiro	11.c	<u>-</u>	<u>15.009</u>
Operações de crédito		<u>81.226</u>	<u>68.326</u>	Recursos de aceites de emissão de títulos		<u>37.841</u>	<u>45.295</u>
Operações de crédito - setor privado	6	<u>83.597</u>	<u>70.583</u>	Recursos de aceites cambiais	11.d	<u>35.097</u>	<u>45.295</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		<u>(2.371)</u>	<u>(2.257)</u>	Recursos letras imobiliária e hipotecária		<u>2.744</u>	<u>-</u>
Outros ativos financeiros		<u>1.119</u>	<u>2.265</u>	Instrumentos financeiros derivativos		<u>2.684</u>	<u>2.431</u>
Outros ativos		<u>51</u>	<u>52</u>	Instrumentos financeiros derivativos	5.b	<u>2.684</u>	<u>2.431</u>
Não circulante		<u>258.234</u>	<u>233.617</u>	Outras obrigações		<u>12.359</u>	<u>16.126</u>
Realizável a longo prazo		<u>196.190</u>	<u>188.022</u>	Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes		<u>-</u>	<u>23</u>
Instrumentos financeiros		<u>189.907</u>	<u>182.225</u>	Sociais e estatutárias		<u>229</u>	<u>4.097</u>
Operações de crédito		<u>189.907</u>	<u>182.225</u>	Fiscais e previdenciárias	12	<u>3.102</u>	<u>2.760</u>
Operações de crédito - setor privado	6	<u>192.471</u>	<u>184.700</u>	Diversas	13	<u>9.028</u>	<u>9.246</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		<u>(2.564)</u>	<u>(2.475)</u>	Não circulante		<u>288.604</u>	<u>207.360</u>
Créditos tributários		<u>5.859</u>	<u>4.612</u>	Exigível a longo prazo		<u>288.604</u>	<u>207.360</u>
Outros ativos financeiros		<u>(76)</u>	<u>685</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros		<u>283.566</u>	<u>206.944</u>
Outros ativos financeiros	7	<u>251</u>	<u>1.012</u>	Depósitos		<u>231.598</u>	<u>149.302</u>
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		<u>(327)</u>	<u>(327)</u>	Depósitos a prazo	11.a	<u>231.598</u>	<u>149.302</u>
Outros ativos		<u>500</u>	<u>500</u>	Recursos de aceite de emissão de títulos		<u>45.567</u>	<u>54.085</u>
Outros ativos	8	<u>1.250</u>	<u>1.250</u>	Recursos de aceites cambiais	11.d	<u>21.736</u>	<u>54.085</u>
Provisão para redução ao valor recuperável		<u>(750)</u>	<u>(750)</u>	Recursos letras imobiliária e hipotecária		<u>23.831</u>	<u>-</u>
Permanente		<u>62.044</u>	<u>45.595</u>	Instrumentos financeiros derivativos		<u>6.401</u>	<u>3.557</u>
Investimentos		<u>51.291</u>	<u>39.335</u>	Instrumentos financeiros derivativos	5.b	<u>6.401</u>	<u>3.557</u>
Investimentos em participações em coligadas	9	<u>51.288</u>	<u>39.332</u>	Outras obrigações		<u>5.038</u>	<u>416</u>
Outros investimentos		<u>3</u>	<u>3</u>	Sociais e estatutárias		<u>4.482</u>	<u>-</u>
Imobilizado de uso		<u>1.572</u>	<u>1.487</u>	Fiscais e previdenciárias	12	<u>181</u>	<u>181</u>
Outras imobilizações de uso		<u>2.614</u>	<u>2.741</u>	Diversas	13/14	<u>375</u>	<u>235</u>
Depreciações acumuladas		<u>(1.042)</u>	<u>(1.254)</u>	Patrimônio líquido		<u>111.637</u>	<u>96.851</u>
Intangível		<u>9.181</u>	<u>4.773</u>	Capital		<u>50.000</u>	<u>50.000</u>
Ativos intangíveis	10	<u>10.497</u>	<u>5.182</u>	De domiciliados no país	15.a	<u>50.000</u>	<u>50.000</u>
Amortização acumulada		<u>(1.316)</u>	<u>(409)</u>	Reservas de lucros		<u>61.637</u>	<u>46.851</u>
Total do ativo		<u>462.414</u>	<u>384.876</u>	Total do passivo		<u>462.414</u>	<u>384.876</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração de resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	30/06/2020	30/06/2019
Receitas da intermediação financeira		<u>27.742</u>	<u>26.524</u>
Operações de crédito	6.b	28.693	27.828
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.c	2.146	1.477
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.c	(3.097)	(2.781)
Despesas da intermediação financeira		<u>(10.728)</u>	<u>(10.915)</u>
Operações de captação no mercado	10.c	(8.190)	(9.321)
Despesas de obrigações de empréstimos e repasses		(94)	-
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.b	(2.444)	(1.594)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>17.014</u>	<u>15.609</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>646</u>	<u>(4.124)</u>
Receita de prestação de serviços	17	1.862	-
Despesas de pessoal		(1.767)	(1.743)
Outras despesas administrativas	19	(10.290)	(7.185)
Despesas tributárias	18	(1.374)	(1.173)
Resultado de participação em coligadas e controladas	9	11.905	5.473
Outras receitas operacionais		457	529
Outras despesas operacionais		(147)	(25)
Resultado operacional		<u>17.660</u>	<u>11.485</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>17.660</u>	<u>11.485</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	(2.074)	(1.315)
Provisão para imposto de renda		(1.887)	(661)
Provisão para contribuição social		(1.434)	(418)
Ativo fiscal diferido		1.247	(236)
Lucro líquido do semestre		<u><u>15.586</u></u>	<u><u>10.170</u></u>
Quantidade de ações		50.000	50.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,3117	0,2034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido do semestre	<u>15.586</u>	<u>10.170</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>15.586</u></u>	<u><u>10.170</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital	Reservas de Lucros		Lucros	Total
		Realizado	Legal	Estatutária/Especial	Acumulados	
Saldos no início do período em 1 de janeiro de 2019		50.000	1.981	29.394	-	81.375
Lucro líquido do período		-	-	-	10.170	10.170
Destinações:						
Reservas		-	509	6.637	(7.146)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(2.600)	(2.600)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(424)	(424)
Saldos no fim do período em 30 de junho de 2019		50.000	2.490	36.031	-	88.521
Mutações do semestre		-	509	6.637	-	7.146
Saldos no início do período em 1 de janeiro de 2020		50.000	3.056	43.795	-	96.851
Lucro líquido do período		-	-	-	15.586	15.586
Destinações:						
Reservas	14.b	-	779	14.007	(14.786)	-
Juros sobre capital próprio	14.d	-	-	-	(800)	(800)
Saldos no fim do período em 30 de junho de 2020		50.000	3.835	57.802	-	111.637
Mutações do semestre		-	779	14.007	-	14.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	15.586	10.170
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.049	109
Equivalência patrimonial	(11.905)	(5.473)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	3.097	2.781
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	2.444	1.594
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	23	3
Provisão para imposto de renda e contribuição social	3.321	1.168
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	(1.247)	147
Lucro na alienação de imobilizado	(10)	-
Participação nos lucros	154	96
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Títulos e valores mobiliários	(70.738)	4.121
Operações de crédito	(23.026)	3.824
Outros ativos financeiros	1.814	(591)
Outros ativos	1	178
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Depósitos interfinanceiros, a prazo e outros depósitos	74.772	45.078
Recursos de aceites cambiais	(15.972)	(70.187)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(2.804)
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	(23)	4
Obrigações sociais e estatutárias	(340)	(69)
Obrigações fiscais e previdenciárias	41	(5.948)
Outras obrigações	(101)	1.241
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.020)	(860)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades operacionais	(24.080)	(15.418)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	93	1.987
Aquisições de investimentos	(51)	(50)
Aquisições de imobilizado	(230)	(504)
Baixa de imobilizado	13	20
Adições ao intangível	(5.315)	(17)
Caixa líquido (utilizado) / gerado nas atividades de investimentos	(5.490)	1.436
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(4.709)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento	-	(4.709)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(29.570)	(18.691)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	54.850	43.076
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	25.280	24.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4751, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

Quanto aos negócios da carteira de investimentos, estão sendo estruturadas para, progressivamente, estarem disponíveis para os clientes, na sua integralidade, durante 2020.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que o Banco possui maior atuação, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo e geração de renda.

Desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o Banco manteve uma boa reserva de caixa, para honrar com suas obrigações, não tendo necessidade de captação adicional no mercado ou através de aumento de capital. O Banco promoveu as renegociações, com prorrogação de prazo de pagamento de parcelas, e alguns casos concedeu carência, para aqueles clientes que tiveram impacto direto com a pandemia. Mesmo diante desse cenário, não observou-se impactos relevantes nos índices de inadimplência por conta da pandemia.

Nossas principais preocupações neste período são a preservação da integridade de nossos colaboradores, clientes e das comunidades onde atuamos, bem como a continuidade das operações do Banco de maneira segura.

Por este motivo, decidimos adotar o trabalho remoto para todos os colaboradores (home office) ainda em março de 2020, suspensão de viagens e estabelecer todos os protocolos de segurança sanitária estabelecidos pelos órgãos de saúde, diante da disseminação do vírus.

Adicionalmente, foi possível observar como efeito da pandemia supracitada, medidas governamentais e pelas adaptações estratégicas da Administração, as seguintes situações:

- Redução no volume de gerações de novas operações de crédito e consequente redução nas despesas com comissão;
- Paralisação nas operações de compra de carteira;
- Preservação dos empregos mas antecipação de férias para os seus funcionários;
- Prorrogação e parcelamento no recolhimento do FGTS conforme previsto na Medida Provisória nº 927/2020;
- Prorrogação e parcelamento no recolhimento do PIS e COFINS conforme previsto na Portaria do Ministério da Economia – ME nº 245/2020; e
- Redução a zero de alíquotas do IOF sobre operações de crédito, conforme Decreto nº 10.305.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (Bacen) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

As demonstrações financeiras do Banco estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.720/19 do CMN e da Circular nº 3.959/19 do Bacen. O principal objetivo dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards - IFRS. As principais alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; e adoção de novas nomenclaturas e grupamentos.

Apresentação dos saldos comparativos

Para melhor apresentação e comparabilidade nestas Demonstrações Financeiras, os saldos comparativos refletem essas mudanças na apresentação destas. Ressaltamos que esses ajustes se referem substancialmente a reclassificações e grupamentos de contas nas demonstrações financeiras, e não impactam o lucro líquido e nem o patrimônio líquido.

O quadro abaixo apresenta as reclassificações feitas no Balanço Patrimonial, advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular BACEN nº 3.959/10:

Balanco Patrimonial	Saldo Anterior	Reclassificação	Saldo Atual	
Disponibilidades	145	-		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>54.705</u>	-	54.850	Caixa e equivalentes a caixa
Operações de crédito	250.551	-	250.551	Operações de crédito
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.732)</u>	-	<u>(4.732)</u>	Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito
Outros créditos	<u>7.562</u>	<u>(4.612)</u>	2.970	Outros ativos financeiros
Créditos Tributários	-	4.612	4.612	Créditos Tributários
Outros valores e bens	552	-	552	Outros ativos
Outros valores e bens	1.302	-	1.302	Outros ativos
Provisão para desvalorização	<u>(750)</u>	-	<u>(750)</u>	Provisão para redução ao valor recuperável
Total do Ativo	384.876	-	384.876	Total do Ativo

Além dessas alterações, foram incluídos novos subtotais: (i) “Instrumentos financeiros” – no ativo; e (ii) “depósitos e demais instrumentos financeiros” – no passivo.

Nas demonstrações do resultado e demonstrações dos fluxos de caixa, a única alteração no período comparativo foi a denominação de “provisão para crédito de liquidação duvidosa” que passou a ser “provisão para perda esperada associada ao risco de crédito”.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3 f.ii e 7.b** – critério de provisionamento: mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito;
- **Nota explicativa 6.b.** – determinação do valor justo dos títulos e instrumentos financeiros derivativos;
- **Nota explicativa 9** – estimativa de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de outros ativos (bens não de uso);
- **Nota explicativa 15** – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 19** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (realizados);

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do

Banco, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 27 de agosto de 2020.

c. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria, de acordo com a intenção da Administração em mantê-lo até seu vencimento ou vendê-lo antes dessa data:

- **Títulos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**
As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

- **Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos**

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registrados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

d. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As rendas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 4.803 de 09/04/2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações renegociadas, devido a pandemia da Covid-19, permitindo às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, reclassificar para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020, nos termos do § 3º do art. 8º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

e. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros

f. Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

g. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

h. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

i. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
- **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

l. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é

formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% (20% para o exercício de 2018, conforme Lei nº 13.169/15).

A Emenda Constitucional 103/2019, eleva a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) para 20% a partir de 01 de março de 2020.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

Adicionalmente, conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio devem compor a redução da base de cálculo pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social, uma vez que a contabilização, a partir de fevereiro de 2019, passou a ser no Patrimônio Líquido, afetando o lucro líquido do período.

m. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionassem ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2020.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Junho/2020	Dezembro/2019
Caixa	-	6
Depósitos bancários	148	118
Reservas livres	121	21
Disponibilidades em moeda estrangeira	273	-
Aplicações interfinanceiras	24.738	54.705
TOTAL	25.280	54.850

As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

Título	Junho/2020		Dezembro/2019	
	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pós)	100% CDI	24.738	100% CDI	40.386
DI (pré)		-	4,40% a.a.	14.319
Total		24.738		54.705

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

a. Títulos e valores mobiliários - mantidos para negociação

	Vencimento	Junho/2020		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2021 a 01/03/2024	67.254	67.270	(16)
Debentures	16/03/2020 a 15/11/2022	3.771	3.771	-
Certificado de recebíveis imobiliários	12/01/2030	24.786	24.538	248
Total		95.811	95.579	232

	Vencimento	Dezembro/2019		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2021 a 01/03/2024	9.200	9.200	-
Debentures	16/03/2020 a 15/11/2022	8.323	8.323	-
Certificado de recebíveis imobiliários	12/01/2030	3.000	3.000	-
Letra financeira	15/03/2021	3.148	3.148	-
Certificado de depósitos bancários	20/03/2020	2.095	2.095	-
Total		25.766	25.766	-

b. Títulos e valores mobiliários –valores em garantia de operações

	Vencimento	Junho/2020		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/03/2021	693	693	-

*não há comparativos para 2019.

c. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap” envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e liquidação Financeira de Títulos –B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrada a seguir:

Junho/2020					Dezembro/2019	
Posição ativa	Data de vencimento	Valor referencial	Valor referencial corrigido	Diferencial a receber	Contas de compensação	Diferencial a receber
Pré-Fixada	20/07/2020	40.000	44.263	-	43.496	-
Pré-Fixada	01/07/2022	50.000	52.633	-	51.721	-
Total		90.000	96.896	-	92.617	-

Posição passiva	Data de vencimento	Valor referencial	Valor referencial corrigido	Diferencial a pagar	Contas de compensação	Diferencial a pagar
CDI	20/07/2020	40.000	46.787	(2.684)	45.927	(2.431)
CDI	01/07/2022	50.000	54.347	(6.401)	55.278	(3.557)
Total		90.000	101.136	(9.085)	96.654	(5.988)

c. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	Junho/2020	Junho/2019
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	486	735
Rendas de aplicações em operações compromissadas	455	-
Resultado com títulos de renda fixa	1.205	742
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(3.097)	(2.781)
Total	(951)	(1.304)

6 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	Junho/2020		Dezembro/2019	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Crédito pessoal e CDC	210	0,08%	-	-
Crédito pessoal consignado	214.728	77,78%	226.168	88,60%
Capital de giro	2.440	0,88%	-	-
Empréstimos com garantia	10.754	3,90%	266	0,10%
Financiamentos	93	0,03%	-	-
Financ. imob. empreend - aquisição	12.318	4,46%	-	-
Financ. imob. resid. - aquisição	32.313	11,70%	28.849	11,30%
Financ. imob. resid.- construção	3.212	1,16%	-	-
Total	276.068	100,00%	255.283	100,00%

Circulante	83.597	70.583
Não circulante	192.471	184.700

b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	Junho/2020	Dezembro/2019
Saldo inicial semestre/exercício	(4.732)	(2.698)
Constituição	(2.444)	(3.550)
Baixa para prejuízo	2.241	1.516
	<hr/>	<hr/>
Saldo final semestre/exercício	<u>(4.935)</u>	<u>(4.732)</u>
Circulante	(2.371)	(2.257)
Não circulante	(2.564)	(2.475)

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre findo em 30 de junho de 2020 o montante de R\$ 466 (R\$ 627 no exercício 2019).

As operações de crédito refinanciadas, totalizaram R\$ 17.592 no semestre findo em 30 de junho de 2020 (R\$ 161.229 no exercício 2019). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

b.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	Junho/2020	Dezembro/2019
Até 3 meses	61.914	16.795
De 3 meses a 12 meses	19.771	52.100
De 1 a 3 anos	102.490	99.379
De 3 a 5 anos	61.028	54.255
De 5 a 15 anos	28.952	30.754
Acima de 15 anos	-	311
	<hr/>	<hr/>
Total a vencer	<u>274.155</u>	<u>253.594</u>
Vencidos	1.913	1.689
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>276.068</u>	<u>255.283</u>

b.3 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2020

Nível	Situação	% de Provisão	Setor			Junho/2020		Dezembro/2019	
			Indústria	Serviços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	-	342	308	650	-	240	-
A	Normal	0,50%	41.852	3.830	210.088	255.770	(1.278)	239.585	(1.198)
B	Normal	1,00%	3.432	-	3.952	7.384	(74)	6.274	(63)
	Vencido		984	-	1.284	2.268	(23)	1.553	(16)
C	Normal	3,00%	968	-	803	1.771	(53)	978	(29)
	Vencido		1.673	-	1.239	2.912	(87)	1.130	(34)
D	Normal	10,00%	-	-	234	234	(77)	649	(65)
	Vencido		-	-	694	694	(69)	268	(27)
E	Normal	30,00%	-	-	1	1	-	40	(12)
	Vencido		-	-	685	685	(206)	1.140	(342)
F	Normal	50,00%	-	-	-	-	-	55	(28)
	Vencido		-	-	698	698	(349)	564	(282)
G	Normal	70,00%	-	-	-	-	-	26	(18)
	Vencido		-	-	765	765	(536)	540	(377)
H	Normal	100,00%	-	-	20	20	(20)	-	-
	Vencido		-	-	2.216	2.216	(2.216)	2.241	(2.241)
Total			48.909	4.172	222.987	276.068	(4.935)	255.283	(4.732)
Circulante						83.597	(2.371)	70.583	(2.257)
Não Circulante						192.471	(2.564)	184.700	(2.475)

a. Cessão de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2020, o Banco adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 38.409 (não há valores comparativos em dezembro de 2019). Estas operações auferiram, no semestre, renda no montante de R\$ 1.675 (não há valores comparativos em dezembro de 2019). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020, o Banco alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada, no montante de R\$ 37.827. Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

7 Outros ativos financeiros

	Junho/2020	Dezembro/2019
Circulante		
Dividendos a receber	598	691
Serviços prestados a receber	-	792
Adiantamentos e antecipações salariais	95	42
Adiantamentos para terceiros	30	-
Impostos a recuperar	25	-
Devedores diversos (b)	121	139
Valores a receber de sociedades ligadas	121	472
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	(504)	51
Títulos e créditos a receber (a)	627	24
Outros ativos financeiros	6	54
Total	<u>1.119</u>	<u>2.265</u>
Não circulante		
Devedores por depósitos em garantia	196	205
Títulos e créditos a receber (a)	327	327
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	(272)	480
Provisão para perda associada ao risco de crédito	(327)	(327)
Total	<u>(76)</u>	<u>685</u>

- (a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, são representados em 30 de junho de 2020, basicamente por: (i) R\$639 saldos não repassados de órgãos públicos (R\$ 103 em dezembro de 2019); (ii) R\$ 249 são referentes a valores sem características de concessão de crédito (R\$ 248 em dezembro de 2019) este valor encontra-se provisionado para sua perda em sua totalidade por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processo de cobrança e (iii) R\$ 66 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari (não há comparativos para dezembro de 2019).
- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por valores relativos a portabilidade no montante de R\$ 121 (R\$ 139 em dezembro de 2019).

8 Outros ativos

	Junho/2020	Dezembro/2019
Circulante		
Despesas antecipadas outros	51	52
Total	<u>51</u>	<u>52</u>
Não circulante		
Bens não de uso	1.250	1.250
(Provisão para desvalorizações)	(750)	(750)
Total	<u>500</u>	<u>500</u>

9 Investimentos

	Controladas			Coligada	Semestre/Exercício	
	Barigui Gestão de Recursos Ltda (a)	Bari Securitizadora S.A (b)	Bari Companhia Hipotecária (c)	Certa – Central de Registros de Títulos e Ativos (d)	Junho/2020 Total	Dezembro/2019 Total
Informações sobre a controlada:						
Número de ações de capital	1.950.000	1.350.000	31.700.000	14.029.000		
Patrimônio líquido:						
Capital social	1.950	1.350	20.000	14.029		
Reservas de lucros	(1.948)	468	14.248	-		
Informações sobre o investimento na controlada:						
Número de ações possuídas	1.320	1.337	9.400	119		
Percentual de participação (%)	67,67%	99%	94%	0,85%		
Movimentação dos investimentos no exercício:						
Saldo início do período	414	2.250	36.549	119	39.332	30.079
Aquisição participação societária	-	-	-	-	-	1.000
Aumento de capital	-	-	-	51	51	50
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.778)
Resultado de equivalência patrimonial	619	229	11.057	-	11.905	9.981
Saldo final do período	<u>1.033</u>	<u>2.479</u>	<u>47.606</u>	<u>170</u>	<u>51.288</u>	<u>39.332</u>

- (a) Em 2016, o Banco, adquiriu participação societária, junto à empresa Barigui Gestão de Recursos Ltda, com valor nominal de cotas correspondentes a R\$ 1.320 (hum milhão, trezentos e vinte mil reais). A Barigui Gestão, tem como objeto social a gestão de carteira de títulos e valores mobiliários.
- (b) Em 2017, o Banco, adquiriu 99% de participação societária, junta à empresa Barigui Securitizadora S.A., com valor nominal de R\$ 1.337 (Hum milhão, trezentos e trinta e sete mil reais). A Barigui Securitizadora tem como objeto social: (a) aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.
- (c) Em setembro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Bari Companhia Hipotecária, na qual o Banco detém participação de 99% do capital. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.
- (d) Em julho de 2018, o Banco iniciou processo para participar acionariamente da empresa CERTA – Central de Registro de Ativos S.A. que em como objeto social atividades de registro de títulos e de outros instrumentos financeiros, que não sejam considerados valores mobiliários, incluindo o registro de ônus e gravames a eles relacionados, ou sobre ele incidentes. A mesma encontra-se em fase pré-operacional, e o método de reconhecimento é por custo visto a inexistência de influência significativa.

10 Intangível

Em 30 de junho de 2020, o saldo é composto por gastos de aquisição e desenvolvimento de software, no montante total de R\$ 10.497 (R\$ 5.182 em dezembro de 2019), sendo R\$ 9.197 de gastos gerados internamente (R\$ 4.089 em dezembro de 2019) e R\$ 1.300 adquiridos de terceiros (R\$ 1.093 em dezembro de 2019).

11 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Depósitos a prazo

<u>Junho/2020</u>				<u>Dezembro/2019</u>
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
-	9.101	231.598	240.699	151.106
Circulante			9.101	1.804
Não Circulante			231.598	149.302

b. Outros depósitos – conta de pagamento

<u>Junho/2020</u>				<u>Dezembro/2019</u>
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
188	-	-	188	-
Circulante			188	-
Não Circulante			-	-

c. Depósitos interfinanceiros

<u>Junho/2020</u>				<u>Dezembro/2019</u>
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
-	-	-	-	15.009
Circulante			-	15.009
Não Circulante			-	-

d. Recursos de aceites de emissão de títulos

i. Recursos de aceites cambiais

<u>Junho/2020</u>				<u>Dezembro/2019</u>
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
14.565	20.532	21.736	53.833	99.380
Circulante			35.097	45.295
Não Circulante			21.736	54.085

ii. *Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias*

Junho/2020				Dezembro/2019
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
-	2.744	23.831	26.575	-
Circulante			2.744	-
Não Circulante			23.831	-

e. **Reconciliação das despesas de captação com o resultado**

	Junho/2020	Junho/2019
Despesas depósitos interfinanceiros	(222)	(34)
Despesas depósitos a prazo	(5.502)	(2.211)
Despesas aceites cambiais	(2.236)	(6.924)
Despesas de letra de crédito imobiliário	(32)	-
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(198)	(152)
Total	(8.190)	(9.321)

12 Obrigações fiscais e previdenciárias

	Junho/2020	Dezembro/2019
Circulante		
Imposto de renda	1.030	1.165
Contribuição social	930	939
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	91	61
Impostos e contribuições s/ salários	241	275
Outros	810	320
Total	3.102	2.760
Não Circulante		
Impostos diferidos	181	181
Total	181	181

13 Outras obrigações - Diversas

	Junho/2020	Dezembro/2019
Circulante		
Despesas de pessoal	483	389
Outras provisões	2.113	784
Obrigações para aquisição de bens e direitos	-	1.000
Credores diversos - país (a)	6.432	7.073
Total	9.028	9.246
Não circulante		
Provisão para contingência (nota 15)	375	235
Total	375	235

(a) Referem-se a:

(i) parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente no montante de R\$ 2.113 (R\$ 1.599 em dezembro de 2019)

(ii) contratos a liberar compra de carteira R\$ 4.143 (R\$ 5.416 em dezembro de 2019), e

(iii) outros credores pulverizados R\$ 176 (R\$ 58 em dezembro de 2019).

14 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram reconhecidos ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda provável o Banco efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no período

Em 30 de junho de 2020, o Banco possui contabilizado provisão para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 375 (R\$ 235 em dezembro de 2019), registrada na rubrica “Outras obrigações - Diversas”, conforme movimentação demonstrada abaixo:

	Junho/2020				Saldo no final do período
	Saldo no início do período	Constituição	Reversão	Pagamentos	
Cíveis	133	29	(7)	-	155
Trabalhistas	102	246	(128)	-	220
Total – 30/06/2020	235	275	(135)	-	375
Total – 31/12/2019	252	65	(37)	(45)	235

Em junho de 2020 e dezembro de 2019, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como provável.

d. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 30 de junho de 2020, os processos de natureza cível classificados como possíveis totalizaram R\$ 948 (R\$ 875 em dezembro de 2019).

O Banco possui processos de natureza trabalhistas classificados como risco de perda possível, em 30 de junho de 2020, no montante de R\$ 69 (R\$ 110 em dezembro de 2019).

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

15 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O valor do capital social é R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 49.000 (quarenta e nove milhões de reais) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 1.000 (um milhão de reais) em ações preferenciais nominativas.

Acionistas	Participação %	Total ações
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	35,4751%	17.737.550
Enio Fornea Junior	11,7600%	5.880.000
Ivo Luiz Roveda	24,1869%	12.093.450
Antonio Bordin Neto	6,9745%	3.487.250
Maria Teresa Fornea Caron	0,0035%	1.750
Evaldo Leandro Perussolo	2,0000%	1.000.000
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,6000%	9.800.000
Total	<u>100,0000%</u>	<u>50.000.000</u>

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação Dividendos e JCP a pagar	Valor Provisionado	Valor de imposto retido	Valor líq. à pagar/receber	Valor Pago	Data Pagto	Deliberado por
Juros sobre capital próprio – JCP – 2019	5.040	(756)	4.284	(1.488)	Pagto parcial em 16/05/2019	Não deliberado
Dividendos propostos em 2019	991	-	991	-	-	-
Juros sobre capital próprio - JCP – 2020	800	(120)	680	-	-	Não deliberado

A Resolução n.º 4.820 do Conselho Monetário Nacional de 29 de maio de 2020, veta as Instituições Financeiras a remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação do montante equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, estabelecido pela Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio até 31 de dezembro de 2020.

d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	Junho/2020	Junho/2019
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)		
Lucro líquido do período	15.586	10.170
Reserva legal (5%)	(779)	(509)
Juros sobre o capital próprio	(800)	(2.600)
	<hr/>	<hr/>
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	14.007	7.061
Dividendos mínimos obrigatórios (6%) – não destacado em 30 de junho de 2020	(840)	(424)

16 Transações entre partes relacionadas

	Junho/2020			Dezembro/2019		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas						
LC e CDB (a)	(3.526)	-	(69)	(5.435)	-	(191)
Remuneração administradores	-	-	(264)	-	-	(143)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(2.892)	-	-	(2.410)	-	(3.252)
Controladas (a)						
Aplicação Interfinanceira	18.089	486	-	40.386	714	-
Utilização de Estrutura Compartilhada	118	1.737	-	459	-	-
Dividendos	598	-	-	691	-	-
LC e CDB (a)	(2.369)	-	(42)	(1.395)	-	(82)
Pessoas jurídicas						
Antecipações de recebíveis	521	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de software	3.784	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio/dividendos	(1.575)	-	-	(1.325)	-	(1.788)
LC e CDB (a)	(44.646)	-	(695)	(31.423)	-	(642)
Prestação de serviços (b)	(1.354)	-	(2.839)	(121)	-	(1.282)
Aluguel comercial	-	-	(42)	(12)	-	(207)
Utilização de Estrutura Compartilhada (c)	3	36	-	13	-	-

Informações adicionais:

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020, o Banco alienou parte da carteira de crédito para a relacionada, para emissão de CRI no montante de R\$37.827. Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

As transações foram realizadas de acordo com condições determinadas por políticas para transações entre partes relacionadas deste Grupo.

- * São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas : (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigüi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Barigüi Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fornea & Cia Ltda.; (x) Center Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambahy Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Barigüi; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda; (xvii) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda; (xviii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda; (xix) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda.
- (a) Controladas: Bari Companhia Hipotecária, Bari Securitizadora S.A, Barigüi Gestão de Recursos Ltda.
- (b) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.
- (c) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

a. Política de remuneração

O Banco remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Um dos membros da diretoria executiva tem remuneração de natureza fixa, e os demais contemplam verbas salariais, portanto, parcelas variáveis. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2020 está representado por R\$ 264 (R\$ 76 em junho de 2019).

17 Rendas de prestação de serviços

	Junho/2020	Junho/2019
Confecção de cadastro pessoa física e jurídica	215	-
Comissões sobre seguros	2	-
Comissões na colocação de títulos	1.645	-
Total	1.862	-

18 Despesas tributárias

	Junho/2020	Junho/2019
Despesa de PIS	(161)	(129)
Despesa de COFINS	(989)	(796)
Despesas de ISS	(93)	-
Outros	(131)	(248)
Total	(1.374)	(1.173)

19 Outras despesas administrativas

	Junho/2020	Junho/2019
Despesas com serviços terceirizados (a)	(2.870)	(2.092)
Despesas de processamento de dados	(2.537)	(1.958)
Despesa com serv. téc. Especializados	(1.812)	(1.141)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(416)	(402)
Despesas com viagens	(147)	(311)
Despesas de comunicação	(269)	(235)
Despesas com acordo judicial	(58)	(213)
Despesas serviço sistema financeiro	(98)	(116)
Despesas com propaganda e publicidade	(520)	(115)
Despesas de aluguel comercial	(132)	(114)
Despesas com amortização/depreciação	(1.049)	(109)
Despesas de seguros	(33)	(75)
Despesa de transporte	(32)	(43)
Despesas judiciais e cartório	(22)	(26)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(107)	(26)
Outras despesas	(188)	(209)
Total	(10.290)	(7.185)

(a) Refere-se principalmente à:

- (i) Apropriação de despesas com comissões de correspondentes no resultado no montante de R\$1.457 (R\$ 1.373 em junho de 2019),
- (ii) R\$ 160 referente à assessoria de cobrança (R\$ 169 em junho de 2019);
- (iii) R\$ 367 referente aos custos de repasse aos órgãos públicos (R\$ 433 em junho de 2019).
- (iv) Outras despesas pulverizadas no montante de R\$ 886 (R\$ 117 em junho de 2019).

20 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	Junho/2020	Junho/2019
Impostos correntes		
Provisão para imposto de renda	(1.887)	(717)
Provisão para contribuição social	(1.434)	(451)
Total	<u>(3.321)</u>	<u>(1.168)</u>
Ativo fiscal diferido	1.247	(236)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	-	89
Total imposto de renda e contribuição social	<u>(2.074)</u>	<u>(1.315)</u>

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>Junho/2020</u>	<u>Junho/2019</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social,	17.660	11.485
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	17.660	11.485
Encargo Total do Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20% (15% até fev/2020), respectivamente	(7.947)	(4.594)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições Temporárias	(2.984)	(2.540)
Exclusões:		
Equivalência	5.357	2.189
Provisões temporárias períodos anteriores	1.736	2.703
Deduções fiscais	15	22
Juros sobre capital próprio	360	1.040
Majoração da alíquota CSLL	142	-
Outros	-	12
Imposto de Renda e Contribuições Social - correntes	<u>(3.321)</u>	<u>(1.168)</u>

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Saldo inicial em 01/01/2020</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo final em 30/06/2020</u>
Imposto de renda				
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	645	333	(433)	545
Provisão para contingências	59	67	(32)	94
Provisão MTM - derivativos	1.598	774	-	2.372
Outras provisões	261	46	(63)	244
	<u>2.563</u>	<u>1.220</u>	<u>(528)</u>	<u>3.255</u>
Créditos Tributários de IRPJ				3.255
Contribuição social				
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	516	267	(347)	436
Provisão para contingências	47	54	(26)	75
Provisão MTM - derivativos	1.279	619	-	1.898
Outras provisões	208	37	(50)	195
	<u>2.050</u>	<u>977</u>	<u>(423)</u>	<u>2.604</u>
Créditos Tributários de CSLL				2.604
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	<u>4.613</u>	<u>2.197</u>	<u>(951)</u>	<u>5.859</u>

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em junho de 2020 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	<u>Junho/2021</u>	<u>Junho/2022</u>	<u>junho/2023</u>	<u>TOTAL</u>
<u>Créditos Tributários de Imposto de Renda</u>				
Diferenças Temporária	1.771	1.296	187	3.255
Valor Presente	1.728	1.234	178	3.141
<u>Créditos Tributários de Contribuição Social</u>				
Diferenças Temporária	1.417	1.037	150	2.604
Valor Presente	1.382	987	143	2.512

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 116%.

O Banco não deixou de ativar os créditos tributários durante o período de 2020 e 2019.

d. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$181 em 30 de junho de 2020 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado do swap (R\$ 181 em dezembro de 2019).

21 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em junho de 2020 atingiu 20,22, representativo do Conglomerado Prudencial Barigüi, atendendo preceitos regulamentares.

	Junho/2020	Dezembro/2019
Patrimônio de referência	<u>102.221</u>	<u>97.162</u>
Índice de Basileia BACEN	<u>20,22</u>	<u>19,55</u>

22 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital

O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, abrangendo entre outros, os riscos de: Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional, Socioambiental e Gerenciamento de Capital. Tal estruturação possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabilidades, aos quais esteja exposto. Ademais, assegura que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam subsidiar as resultantes decisões administrativas, tornando-as mais assertivas e mantendo-as sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Estrutura é segregada das áreas de negócios, evitando conflitos de interesses, assim garantindo sua independência. As respectivas diretrizes são formalizadas através de políticas, normas e procedimentos, para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. Na estrutura sob apreço tem o papel relevante o **Comitê de Gerenciamento Integrado de Risco e Capital** que subsidia o Diretor de Riscos e Capital (Chief Risk Officer - CRO) e o Conselho de Administração na tomada de decisões.

As medidas para implementação das providências antes declinadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe estrutura de gerenciamento de riscos e capital, foi concluído no segundo semestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos do Banco.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios do Banco podem ser considerados como:

a. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do Banco envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos operacionais para concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos da espécie. Visando a mitigação, os limites

são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com o exame da suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou renegociação.

b. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle oriundos de sistemas informatizados ou manuais, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de ameaças, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Banco, a área de Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Inserir-se, também, neste contexto, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) e a Abordagem Padronizada Alternativa.

c. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do Banco e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, anualmente, são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

d. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificado como decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e/ou taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional. Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas, com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a tal risco, com diversificação e seleção criteriosa de investimentos.

e. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos,

bem como qualquer informação relevante para o bom gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para seu ajuste, incluindo a realização de swaps.

O Banco conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

f. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo Banco para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basiléia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da liquidez do patrimônio da sociedade.

Em complemento ao afirmado no parágrafo anterior, o Banco realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

g. Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à aspectos sociais (trabalho escravo, proteção a menores em atividades laborais, etc.) e, também, responsabilidade ambiental nos negócios e produtos ofertados pelo Banco, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou de fornecedores. As diversas modalidades de contratos gerados no Banco apresentam cláusulas específicas para prevenir inobservâncias aos preceitos que regem a matéria.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber:

“ O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.”

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital está registrada no endereço eletrônico: www.bariguicredito inteligente.com.br > institucional > gerenciamento de riscos.

* * *

DIRETORIA

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Diretor Presidente

EVALDO LEANDRO PERUSSOLO
Diretor Superintendente

MATEUS VARGAS FOGAÇA
Diretor Executivo

EDUARDO ZAGONEL NEVES
Diretor Executivo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IVO LUIZ ROVEDA
Presidente

ENIO FORNEA JÚNIOR
Vice Presidente

FELIX ARCHANJO BORDIN
Conselheiro

ANTÔNIO BORDIN NETO
Conselheiro

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Conselheiro

RESPONSÁVEL TÉCNICA
CRISTIANE APARECIDA DAMRAT
Contadora CRC PR 063966/O-2